

Reflexões editoriais

Prezados Leitores e Prezadas Leitoras,

Apresentamos neste segundo número da Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, textos oriundos de seis programas de pós-graduação de diferentes universidades brasileiras (Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade do Estado da Bahia) garantindo, assim, tanto diversidade regional, como institucional.

Neste número, contamos com a reflexão sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), com especial enfoque no impacto deste programa federal nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia e do Espírito Santos.

O PROEJA propõe “[...] por meio de seus dispositivos legais, a implementação de propostas curriculares de EJA, para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, na perspectiva da formação integrada, vinculada aos princípios da escola unitária de Gramsci (1986) e que se constituem como compromissos ético-políticos da sociedade, para com a formação dos trabalhadores,” afirmam Oliveira, Scopel e Ferreira autoras de um dos artigos apresentados na Revista.

Lima, autora do outro texto apresentado, nos remete à reflexão acerca de quem são os beneficiários do PROEJA no Curso de Infraestrutura Urbana ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), bem como para as razões das baixas taxas de conclusão no Curso de Infraestrutura Urbana ofertado pela Instituição.

Trata-se de um debate importante na luta pelo reconhecimento do PROEJA como política institucional e, conseqüentemente, fortalecimento da EJA, em uma conjuntura de tensionamento no interior da Rede Federal, quando se coloca em disputa a formação do trabalhador em meio à implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

O texto “Criação do saber: experiências de Escolas de Trabalhadores que realizam princípios fundamentais da pedagogia de Paulo Freire” historia e sintetiza a proposta das Escolas de Trabalhadores, movimento de inspiração freireana, amparada nos documentos produzidos pelo Conselho de Escolas de Trabalhadores (CET), entre as décadas de 1970 e 2000.

Nele acompanhamos o Professor Osmar Fávero na reflexão sobre práticas realizadas pelo coletivo das Escolas de Trabalhadores em oficinas pedagógicas, quando o autor

discorre sobre a proposta de avaliar o aprendizado teórico a partir da prática realizada no Curso de Eletrônica. Trata-se de práticas pedagógicas defendidas por este coletivo, em reação ao Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), realizado pelo Ministério do Trabalho, e aqueles propostos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, na década de 1970.

Outro texto analisa uma das facetas do Programa Brasil Alfabetizado, o Fortaleza Alfabetizada. Segundo as autoras do estudo, a prática alfabetizadora adotada deve ocorrer em conformidade com o método cubano “Yo Si Puedo”, nos três primeiros meses do Programa, e com base na metodologia de Paulo Freire, por meio da vivência dos Círculos de Cultura, nos três meses finais.

O despreparo pedagógico do alfabetizador é apontado como uma das causas para não efetividade do Programa Brasil Alfabetizado por pesquisadores diversos quando da avaliação do Programa. Nesse sentido, o anúncio de uma experiência dessa natureza nos leva a querer saber sobre a efetividade do Programa Fortaleza Alfabetizada, sobre a formação dos alfabetizadores, quando consideramos os princípios defendidos em cada uma das propostas metodológicas adotadas nesse Programa.

A escrita de si a partir de diários de campo é o ponto de ancoragem de outro estudo apresentado, no qual se revelam, a partir de uma atividade de estágio, os sentidos e a reflexão que podem ser produzidos no/a partir do conhecimento si.

Ao refletir sobre a prática alfabetizadora em uma classe de jovens e adultos, as autoras nos dizem que “Talvez um dos desafios daqueles que trabalham com o processo de alfabetização seja abrir mão das prescrições que dizem “como se deve” fazer e ensinar, e dar lugar ao que os sujeitos dizem sobre as próprias necessidades e seus processos de aprendizagem.” Reconhecem o educando como um ser que traz conhecimentos, peculiaridades e expectativas e defendem uma prática docente “que considera o outro e não faz imposições”, buscando apoio em Freire.

Frente a esses posicionamentos, é certo que queiramos saber: como se realizam as práticas nessa sala de aula? Que desafios se colocaram para as pesquisadoras, quando consideramos que a prática pedagógica, objeto de reflexão, teve uma delas como docente, ocorrendo em uma situação de estágio?

A aprendizagem ao longo da vida é outra temática abordada em mais um texto da Revista, no qual os autores defendem que “Fomentar a EPJA sob a ótica da aprendizagem ao longo da vida é papel crucial para garantir a busca da equidade e da justiça social, em conjunto com a manutenção da democracia e da dignidade humana.” A reflexão estrutura-se no sentido de que o campo da EJA “[...] apesar dos avanços significativos dos últimos anos, permanece estagnado no sentido ideológico, e se prende às discussões que limitam esse tipo de educação apenas à alfabetização.”

A aprendizagem é inerente à própria condição humana, afirmamos. A Educação de Jovens e Adultos não se restringe à alfabetização; não se trata de alfabetização e EJA,

mas de alfabetização na EJA. Os jovens e adultos têm direito a uma educação que lhes possibilite conhecer patrimônio cultural construído pela humanidade ao longo da história em seu mais alto nível.

Por fim, fechamos com um resultado de pesquisa experimental, do campo da linguística, dentro de um enfoque cognitivista, que aborda o modo como três diferentes grupos de sujeitos operam quando confrontados com problemas de ordem lógica, a saber, letrados, iletrados e semi-escolarizados.

A pesquisa revela “que nem a alfabetização nem a escolarização são condições necessárias para o desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas condicionais baseados em correspondências. No entanto, a escolarização e provavelmente a alfabetização, têm efeitos ao nível das médias de grupo.”

O autor nos coloca questões que, em geral, não vêm sendo postas no debate da EJA, mas que podem contribuir, sobremaneira, para a compreensão sobre os processos formativos de jovens e adultos. A discussão sobre o que eles sabem se amplia quando investigações como as que vêm sendo realizadas por Mengarda são compartilhadas por um número cada vez mais amplo de pesquisadores, de sujeitos interessados no campo da EJA.

Este foi um ano muito produtivo para a Revista, que em seu primeiro volume, dividido em dois números, publicou um total de 18 artigos de autores brasileiros e estrangeiros. Para este número, a Revista pode contar com a participação de 26 conselheiros, representando as cinco regiões brasileiras, além de América Latina e Europa. Além disso, conseguiu ser indexada em importantes bases nacionais e internacionais e está em busca de outras, para ganhar em difusão, impacto e, sobretudo, em número de leitores.

No próximo ano, esperamos consolidar a Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos como destino da produção acadêmica da EJA. Por isso, sintam-se convidados a submeter seus textos (não sem antes consultar nossas diretrizes).

Para nós que cuidamos da editoria, para todos os que têm dado conta de pareceres e de revisões, para os autores que nos confiam seus escritos, retomando-os sempre que necessário, o trabalho para o próximo número já se encontra em curso. Que outras perguntas se coloquem, então!

Maria de Fátima Mota Urpia
Maria de José Faria Lins
Rodrigo Matos de Souza